

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO				
	2019	2018				
Circulante	3.018.532	2.834.926	Circulante	2.033.269	1.947.291	
Disponibilidades	4	11.690	4.410	Depósitos	1.284.220	1.423.173
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	188.580	169.811	Depósitos a prazo.....	9	17.814
Aplicações em operações compromissadas.....	188.580	169.811	Recursos de aceites e emissão de títulos	108.668	-	
Títulos e valores mobiliários	730.533	678.338	Obrigações por emissão de letras financeiras.....	11	526.731	
Cotas de fundo de investimento.....	4	355	526.731	409.862	409.862	
Carteira própria.....	5	730.178	677.748	Obrigações para empréstimos	6	16.185
Instrumentos financeiros derivativos	6	12.262	26.552	Instrumentos financeiros derivativos.....	12	97.465
Instrumentos financeiros derivativos.....	7	1.966.050	1.804.251	Outras obrigações	12	1.332
Operações de crédito	7	2.120.275	1.959.295	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	58	93.999
Financiamentos - Setor privado.....	7	154.225	(155.024)	Fiscais e previdenciárias.....	37	194
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....	8	104.942	146.236	Diversas.....	10	3.734
Outros créditos	8	236.166	189.667	Exigível a longo prazo	1.995.685	1.789.380
Diversos.....	8	236.166	189.667	Depósitos	1.567.006	1.522.160
Outros valores e bens	4.475	5.318	5.318	Depósitos a prazo.....	9	1.496.581
Bens não de uso próprio.....	6	6	6	Depósitos a prazo.....	9	70.425
Provisão para desvalorização.....	(2.493)	(2.493)	(2.493)	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	207.816
Despesas antecipadas.....	32	246	246	Obrigações para empréstimos.....	11	165.518
Realizável a longo prazo	1.890.752	1.634.649	1.634.649	Instrumentos financeiros derivativos.....	6	14.656
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	510	8.025	Outras obrigações	12	40.689
Operações de crédito	7	1.654.078	1.436.309	Instrumentos financeiros derivativos.....	12	40.689
Financiamentos - Setor privado.....	7	1.732.838	1.505.073	Fiscais e previdenciárias.....	32	322
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....	8	(78.762)	(68.164)	Diversas.....	10	40.367
Outros créditos	8	236.166	189.667	Resultados de exercícios futuros	14	18.264
Diversos.....	8	236.166	189.667	Receitas de exercícios futuros.....	16	869.121
Outros valores e bens	4.475	5.318	5.318	Patrimônio líquido	16	869.121
Bens não de uso próprio.....	6	6	6	Reservas de lucros.....	16	869.121
Provisão para desvalorização.....	(2.493)	(2.493)	(2.493)	Capital social.....	16	444.387
Despesas antecipadas.....	32	246	246	Reserva de lucros.....	16	424.734
Permanente	7.055	5.672	5.672	Total do passivo	4.916.339	4.475.247
Investimentos.....	6	6	6			
Outros investimentos.....	6	6	6			
Imobilizado de uso	3.218	593	593			
Outras imobilizações de uso.....	3.789	1.159	1.159			
(Depreciação acumulada).....	(571)	(566)	(566)			
Intangível	3.831	5.073	5.073			
Software.....	14.874	14.291	14.291			
(Amortização acumulada).....	(11.043)	(9.218)	(9.218)			
Total do ativo	4.916.339	4.475.247	4.475.247			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.387	36.235	299.140	679.762
Aumento de capital (AGOE de 16.04.2018).....	100.000	-	(100.000)	-
Lucro líquido do semestre.....	-	-	66.598	66.598
Destinações do lucro:.....				
Reserva legal.....	-	3.330	(3.330)	-
Reservas especiais de lucros.....	-	-	63.268	63.268
Distribuição de dividendos.....	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 30 de junho de 2018	444.387	39.565	242.408	726.360
Saldos em 31 de dezembro de 2018	444.387	42.365	295.619	782.371
Lucro líquido do semestre.....	-	-	86.750	86.750
Destinações do lucro:.....				
Reserva legal.....	-	4.338	(4.338)	-
Reservas especiais de lucros.....	-	-	82.412	82.412
Saldos em 30 de junho de 2019	444.387	46.703	378.031	869.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Semestre	
	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	408.670	455.583
Operações de crédito.....	389.324	372.377
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	5b	30.938
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	5d	(11.592)
Despesas da intermediação financeira	(201.768)	(271.333)
Operações de captação do mercado.....	(117.956)	(136.321)
Despesas de obrigações por empréstimos.....	5e	(5.262)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	7e	(78.550)
Resultado operacional	144.955	132.527
Resultado não operacional	9	(22)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	144.964	132.505
Imposto de renda.....	15a	(34.858)
Contribuição social.....	15a	(20.994)
Ativo fiscal diferido.....	(2.362)	(518)
Lucro líquido do período	86.750	66.598
Lucro líquido por ação do capital social	3,14	2,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	Semestre	
	2019	2018
Lucro líquido do período ajustado	224.926	203.796
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	144.964	132.505
Depreciações e amortizações.....	95	916
Despesa com provisões contingentes.....	186	163
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa.....	78.550	70.646
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU.....	271	(434)
Varição de ativos e obrigações	(210.060)	(147.288)
(Aumento)/redução em operações de crédito.....	(227.937)	(153.902)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens.....	(5.563)	(384)
(Aumento)/redução em resultado com títulos e valores mobiliários.....	(25.007)	(26.608)
Aumento/(redução) em depósitos.....	21.811	(52.452)
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos.....	108.512	101.907
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos.....	36.277	121.032
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos.....	(3.225)	(57.805)
Aumento/(redução) em outras obrigações.....	14.990	5.774
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros.....	(10.811)	7.705
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(119.317)	(92.555)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alienação de imobilizado de uso..... 12 -
Aquisição de imobilizado de uso..... (107) (9)
Aplicações no intangível..... (936) (605)

Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado..... (1.031) (614)
Pagamento de dividendos..... - (70.000)

Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado..... - (70.000)

Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa..... 13.835 (14.106)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período..... 186.790 188.917
Saldo de caixa e equivalentes no final do período..... 200.625 174.811

Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa..... 13.835 (14.106)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de veículos com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de automóveis, através da modalidade de arrendamento com direito ao consumidor, por meio de locação fiduciária do bem, com garantia real das operações.
As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2019 foram aprovadas pela Diretoria em 14 de agosto de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios da Emprego).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.
b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.
c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data de efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pelo Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7e.
Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue: Operações de swap - pro-rata à receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.
As operações são custodiadas na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3). As operações são avaliadas a mercado, o que nas taxas em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas transações realizadas da B3.

Bens não de uso próprio
São bens não de uso próprio, compostos basicamente por motos e veículos recebidos em doação e pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao custo por menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que foram classificados nessa categoria.
Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.
Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2019.
Despesas antecipadas
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.693/13 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.
Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

c. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%; veículos 20%; e demais equipamentos 10%.
• Intangível representado por software reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:
• **Imposto de renda:** 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, exceto em R\$ 120 no semestre.
• **Contribuição social:** 15%, sobre o lucro tributável a partir de junho de 2019, conforme a Lei nº 13.169/19.
Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.
As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro-rata dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	4	11.690
Contas correntes bancárias.....	11.690	4.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.552	138.011
Letra do Tesouro Nacional - LTN.....	174.028	31.800
Nota do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-
Títulos e valores mobiliários	355	590
Cotas de fundos de investimentos.....	200.625	174.811

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados para negociação com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	2019	2018
Cotas subordinadas - FIDIC Auto Honda.....	730.178	677.748
	730.178	677.748

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditórios
O FIDIC Auto Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda.
O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017.
Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDIC - Auto Honda).
As cotas foram classificadas como para negociação.
b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento.....	25.007	26.608
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5.331	5.442
	30.538	32.050

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descompassos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos financeiros testados e avaliados.
Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida às respectivas contas de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de hedge
Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos de swap, registrados na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3).
Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

	2019					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Contratos						
Swap.....	987.256	16.496	-	16.496	12.772	(30.841)
		16.496	-	16.496	12.772	(30.841)

	2018					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Contratos						
Swap (Hedge accounting).....	193.500	3.126	(7.172)	(4.046)	2.895	(9.654)
Swap.....	378.106	36.262	(332)	35.930	31.682	-
		39.388	(7.504)	31.884	34.577	(9.654)

A última operação de Hedge accounting foi liquidada em 11.01.2019.
Para a obtenção dos dados de mercado dos swaps é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nas taxas da B3.

h. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no semestre	34.858	20.994	36.275	29.114
Realização do crédito tributário diferido	5.668	3.401	5.128	1.866
Constituição do crédito tributário diferido	(4.192)	(2.515)	2.033	1.627
Total de imposto de renda e contribuição social	36.334	21.880	33.180	32.777

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2019 e 2018

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo	506.989	506.989	483.722	483.722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	232.987	232.987	223.188	223.188
Provisão para contingências	27.066	27.066	30.428	30.428
Outros	6.117	6.117	5.167	5.167
Marcação a Mercado - Swap	14.293	14.293	8.695	8.695
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	787.452	787.452	751.200	751.200
Outros créditos tributários	196.863	118.118	185.626	122.300

Total dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Natureza da origem dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2018		Constituição / Reversão		Realização		Saldo em 30/06/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Créditos baixados como prejuízo	507.569	74.616	(75.196)	532.369	-	-	506.989	74.616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	227.528	132.118	(127.059)	232.367	-	-	232.987	132.118
Marcação a Mercado - Swap	24.329	3.024	(13.040)	14.493	-	-	14.293	3.024
Ações trabalhistas	15.894	2.815	(2.216)	16.493	-	-	14.293	2.815
Ações contrárias (Cíveis)	11.013	3.148	(3.588)	10.573	-	-	8.695	3.148
Desvalorização - Bens não de uso próprio	2.222	2.043	(1.772)	2.493	-	-	2.493	2.043
Ações Fiscais	316	26	-	342	-	-	342	26
Outras adições	3.300	3.383	(3.401)	3.282	-	-	3.282	3.383
Saldo dos créditos tributários	792.551	221.173	(226.272)	787.452	-	-	787.452	221.173

e. Realização dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2019

	5 anos seguintes					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
Imposto de renda						
Ações Contrárias (Cíveis)	-	1.817	358	203	121	147
PD.D	38.556	15.587	3.217	828	57	58.245
Créd. Baixados - Prejuízo	11.948	28.588	29.470	33.076	23.665	126.747
Desvalorização - BNDU	623	-	-	-	-	623
Ações Trabalhistas	515	851	1.274	612	485	386
Gravames	133	-	-	-	-	133
Outras Adições	773	-	-	-	-	773
Marcação a Mercado - Swap	5	2.936	632	-	-	3.573
	52.563	49.779	34.951	34.719	24.328	186.863

Contribuição social

	5 anos seguintes					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
Ações Contrárias (Cíveis)	-	1.090	215	122	72	86
PD.D	23.134	9.353	1.930	497	34	34.948
Créd. Baixados - Prejuízo	7.169	17.153	17.682	19.846	14.199	76.049
Desvalorização - BNDU	374	-	-	-	-	374
Ações Trabalhistas	309	511	764	367	291	232
Gravames	80	-	-	-	-	80
Outras Adições	464	-	-	-	-	464
Marcação a Mercado - Swap	3	1.762	379	-	-	2.144
	31.533	29.669	20.970	20.832	14.596	118.118

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 276.197 em 30 de junho de 2019 (R\$ 269.979 em 30 de junho de 2018), considerando-se a taxa SELIC de 6,50% a.a.

- Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:
- A constituição dos créditos tributários foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2019 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 26,70% no ano de 2019, 25,29% no ano de 2020, 17,75% no ano de 2021, 17,64% no ano de 2022, 12,36% no ano de 2023, 0,27% para os cinco anos seguintes. Essas estimativas são baseadas semestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
Em 30 de junho de 2019, o valor nominal total de R\$ 444.387 (R\$ 444.387 em 30 de junho de 2018), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, em capital nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Outras reservas de lucro
Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

d. Dividendos
No primeiro semestre de 2019 não houve distribuição de dividendos.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019	2018
Receita de serviços especializados - Pessoa física	38.085	35.845
Rendas de cobrança	2.878	2.138
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	210	214
	41.173	38.197

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de comissões (i)	23.871	18.990
Serviços de terceiros (ii)	21.331	18.410
Serviços técnicos especializados	7.568	6.075
Custas processuais	3.529	2.865
Despesa de processamento de dados	3.256	2.813
Despesa de serviços e relações	3.198	630
Despesa de operações do sistema financeiro	2.328	1.236
Despesa de comunicação	1.120	1.131
Campanha de vendas	1.065	1.796
Outras despesas administrativas	4.063	3.486
	74.436	59.800

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a)	7.536	3.676
Reversão de desvalorização de Bens não de uso - BNDU	1.769	2.220
Reversão da despesa Bens não de uso - BNDU	1.685	2.365
Reversão de provisões diversas	154	169
Outras	172	113
	11.316	8.773

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Provisão para contingências	7.694	4.016
Desvalorização de bens não de uso - BNDU	2.040	1.786
Indenização ações contrárias	1.127	939
Despesas com despachante	965	1.334
Campanha de cobrança	558	2.171
Desconto concedido	250	725
Outras	1.204	801
	13.826	11.472

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a vendas de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

	1º Semestre	
	2019	2018
Ativo (passivo)	(11)	(64)
Receita (despesa)	15.167	(8.637)

Honda Automóveis do Brasil Ltda

Valores a receber	251	-	1.736	-
Valores recebíveis antecipadamente	(10.882)	-	(8.637)	6.645

Motor Honda da Amazônia Ltda.

Aluguel de imóvel	(11)	(64)	(10)	(60)
Outras despesas	(143)	(605)	(106)	(445)

...continuação

	1º Semestre			
	2019	2018	2019	2018
Ativo	(2.781)	(11.874)	(2.526)	(9.930)
Receita				
Pretação de serviço de assessoria administrativa	(2.781)	(11.874)	(2.526)	(9.930)
Aluguel de móveis e equipamentos				
Aluguel de móveis e equipamentos	-	(1.020)	-	(871)
Depósitos a prazo	(61.568)	(1.749)	(59.912)	(2.218)
Valores a receber	-	(6)	-	(6)
Honda Leasing				
Depósitos interfinanceiros	(19.148)	(586)	(19.004)	(586)
FIDC Auto Honda				
Agente de cobrança	-	2.878	-	2.138

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2019 somaram R\$ 62 (R\$ 63 no 1º semestre de 2018), contabilizadas na rubrica de despesas com pessoal.

b. Limite operacional
Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 21,89% (24,42% em 30 de junho de 2018, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital
Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.380/06, 4.327/14, 3.968/11, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos e capital, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de risco.

Gerenciamento de Risco de Crédito
O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de carteira ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez
O gerenciamento de risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Risco Operacional
A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva o aumento de processos e perdas econômicas, pessoas e sistemas inadequados, falhas ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Sociambiental
A gestão de risco sociambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

Gerenciamento de Capital
A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento de nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas. As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas nos sites do Banco.

d. Covenants
Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em outubro/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade social/maneira.

Os índices financeiros são informados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

3. DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do Banco Honda S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos

controles internos que ela determinou ser necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de forma de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	19.941	19.910	19.910	19.910
Disponibilidades	123	146	809	835
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	19.148	19.004	19.004
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.148	19.004	-	-
Outros créditos	7	670	760	760
Diversos	670	760	-	-
Realizável a longo prazo	7	703	333	333
Diversos	703	333	-	-
Permanente	483	483	483	483
Imobilizado de arrendamento	6	783	333	333
Bens arrendados de depreciação	1.399	1.399	-	-
Superveniência de depreciação	483	483	-	-
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.399)	-	-
Total do ativo	21.127	20.726	21.127	20.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	577	586
Resultado de operações	-	-
com títulos e valores mobiliários	577	586
Resultado bruto da intermediação financeira	577	586
Outras despesas operacionais	(177)	(258)
Outras despesas administrativas	12	(146)
Despesas tributárias	(30)	(52)
Outras despesas operacionais	14	(1)
Outras receitas operacionais	13	-
Resultado operacional	400	328
Resultado antes da tributação sobre o lucro	400	328
Imposto de renda	10.b	(58)
Contribuição social	10.b	(60)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

a. Movimentação dos processos

	Dezembro de 2018		Semestre 2019	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências cíveis (i).....	23	-	-	23
Provisão para contingências tributárias (ii).....	111	-	-	111
Saldos em 30 de junho de 2019.....	134	-	-	134

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revólto de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA. Em 30 de junho de 2019 a Honda Leasing possui um total de R\$ 96 para processos tributários cujos riscos de perdas foram classificados como possível (Não possuía em 30 de junho de 2018).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018.

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	400	400	326	328
Adições temporárias:				
Provisão para contingências.....	1	1	8	8
Cadin - IPVA.....	-	-	18	18
Outros.....	-	-	7	7
Exclusões temporárias:				
Outros.....	-	-	(7)	(7)
Lucro Líquido Acum. antes do IRPJ.....	401	401	354	354
Compensação Prejuízo Fiscal Períodos Anteriores.....	(120)	-	(106)	-
Valor-base para tributação.....	281	401	248	354
Alíquota-base.....	42	60	37	71
Adicional 10%.....	16	-	13	-
Despesa de IRPJ e CSLL correntes no semestre.....	58	60	50	71

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL corrente devidos no semestre.....	58	60	50	71
Imposto de renda e contribuição social.....	58	60	50	71
Realização de crédito tributário.....	-	-	(2)	(2)
Total de imposto de renda e contribuição social.....	58	60	48	69

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para contingências fiscais.....	111	111	111	111
Provisão para contingências cíveis.....	23	47	23	47
Crédito baixado c/prejuízo.....	686	686	686	686
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	867	867	867	867
Total das diferenças temporárias.....	1.687	1.711	1.687	1.711
Crédito tributário - Imposto de renda.....	422	428	422	428
Crédito tributário - CSLL.....	253	340	253	340
Crédito tributário - Diversos.....	675	768	675	768

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados, na rubrica "Outros créditos - Diversos" - No circulante e realizável a longo prazo.

d. Natureza e origem dos créditos tributários.

Natureza e origem dos créditos tributários	Saldo em 31/12/2018		Realização	Constituição	Saldo em 30/06/2019	
	IRPJ	CSLL			IRPJ	CSLL
Ações Contrárias.....	23	-	-	-	23	-
Créditos baixados - Prejuízo.....	686	-	-	-	686	-
Contingência Tributária - IPVA.....	111	-	-	-	111	-
Depreciação de contratos - Atraso - Imobilizado.....	867	-	-	-	867	-
Saldos.....	1.687	-	-	-	1.687	-

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de Junho de 2019.

	Primeiros cinco anos de 2019				
	2019	2020	2021	2022	2023
Imposto de renda					
Adições temporárias:					
Provisão para contingências fiscais.....	28	-	-	-	-
Provisão para contingências cíveis.....	-	4	1	-	-
Crédito baixado como prejuízo.....	166	5	-	-	-
Outros.....	212	5	-	-	-
	409	14	1	1	1

Contribuição social
Adições temporárias:
Provisão para contingências fiscais..... 16 - - - - 16
Provisão para contingências cíveis..... 100 3 - - - 103
Crédito baixado como prejuízo..... 127 8 - - - 130
Outros..... 243 8 1 1 - 253
Total..... 649 22 2 2 - 675

Total de créditos tributários em 30 de junho de 2019 R\$ 634 em 30 de junho de 2019, (R\$ 534 em 30 de junho de 2018), considerando a taxa SELIC de 6,50% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente;
- A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 30 de Junho de 2019, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 95,83% no ano de 2019, 2,87% no ano de 2020, 0,52% no ano de 2021, 0,39% no ano de 2022 e 0,39% no ano de 2023. Estas estimativas serão revisadas anualmente;
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
O capital social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.

b. Reserva Legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Serviços de terceiros.....	8	5
Despesa de processamento de dados.....	53	59
Outras despesas administrativas.....	1	6
Serviços técnicos especializados.....	2	5
Despesa de publicação.....	48	56
Serviços sistema financeiro.....	146	198

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reversão de provisões ações contrárias (cíveis).....	-	4
	-	4

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Provisão para contingências.....	1	7
Outras despesas operacionais.....	5	5
	1	12

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da Honda é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos.....	-	(36)	-	(30)
Banco Honda S/A				
Depósito interfinanceiro de liquidez.....	19.148	577	19.004	586

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, a Sociedade não operou com saldos de instrumentos financeiros derivativos.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos:

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

O gerenciamento de risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição a operações obrigadas das carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxa de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gestão de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos. A Leasing utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista da

Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

São Caetano do Sul - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nessa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas políticas contábeis internas que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Honda

Ao longo dos 19 anos de história, realizamos sonhos e transformamos a vida de mais de **1,5 milhão** de clientes.

Financie com quem entende de Honda.

O Banco nº 1
na rede Honda

+ de 1,5 milhão
de veículos financiados



Vá até uma concessionária Honda e confira nossas condições.

www.bancohonda.com.br



No trânsito, dê sentido à vida.

HONDA
Banco